

# **Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – SECOFEM (XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX)**

## **EDITAL 2018**

### **1. OBJETIVO**

Reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em Demonstrativos Fiscais e outros assuntos afins no âmbito Estadual e Municipal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos, tais como o uso da informação de custos, operações de crédito, transferências voluntárias, o pacto federativo, a convergência aos padrões internacionais da contabilidade pública, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Sistema de Informações Contábeis e Fiscal do Setor Público Brasileiro – SICONFI, Matriz de Saldos Contábeis, dentre outros.

### **2. METODOLOGIA**

Palestras, debates e aulas expositivas, abertas a discussões e perguntas, com exercícios de fixação ou práticas.

### **3. PÚBLICO ALVO**

Servidores e/ou Gestores Públicos dos Estados, Municípios e Tribunais de Contas que atuem em rotinas de Contabilidade e Responsabilidade Fiscal; profissionais que utilizam a contabilidade aplicada ao setor público, além de Governadores, Prefeitos, Controladores, Secretários, Procuradores, Conselheiros de Tribunais de Contas e demais autoridades bem como gestores envolvidos na temática.

### **4. REALIZAÇÃO / APOIO**

Secretaria do Tesouro Nacional – STN  
Conselho Federal de Contabilidade – CFC  
Escola de Administração Fazendária – ESAF

## 5. PERÍODO/LOCAL

Em 2018 serão realizadas 7 (sete) edições, conforme cronograma a seguir (Quadro I), podendo sofrer alterações a critério dos organizadores.

**QUADRO I**

<b>EVENTO</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b>	<b>PERÍODO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>
XIII SECOFEM	Brasília/DF	5 a 9 de março de 2018	ESAF	250
XIV SECOFEM	Recife/PE	2 a 6 de abril 2018	A definir	A definir
XV SECOFEM	Manaus/AM	21 a 25 de maio de 2018	A definir	A definir
XVI SECOFEM	Fortaleza/CE	11 a 15 de junho de 2018	A definir	A definir
XVII SECOFEM	Belo Horizonte/MG	13 a 17 de agosto de 2018	A definir	A definir
XVIII SECOFEM	São Luís/MA	17 a 21 de setembro 2018	A definir	A definir
XIX SECOFEM	Florianópolis/SC	8 a 12 de novembro de 2018	A definir	A definir

## 6. INSCRIÇÃO

O processo de inscrição será realizado pelo CFC, por meio de Login e Senha, no endereço <http://www.cfc.org.br/evento>.

Se durante a inscrição a grade horária (Item 11) ainda não estiver disponível para a escolha dos módulos, os participantes podem realizar a inscrição e assim que publicada a grade do evento haverá um aviso por e-mail para retornarem ao site e fazerem a escolha dos módulos que pretendem cursar.

## 7. PAGAMENTO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Valor da taxa: GRATUITA.

## 8. MATERIAL DIDÁTICO

Não serão fornecidas cópias impressas ou digitais das apresentações utilizadas nos módulos. As apresentações estarão disponibilizadas nos sites do Conselho Federal de Contabilidade e do Tesouro Nacional no endereço <http://www.tesouro.gov.br/calendariostn>.

## 9. PROGRAMAÇÃO

A distribuição da programação conterà o Encontro de Gestores Públicos – EGP, com palestras e debates no primeiro dia, e módulos de trabalho nos demais dias.

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia
<b>Credenciamento</b> 8h/9h <b>Abertura e EGP</b> 09h/12h30	<b>Horário A</b> 08h30/10h – 10h15/12h30	<b>Horário C</b> 08h30/10h – 10h15/12h30	<b>Horário E</b> 08h30/10h – 10h15/12h30	<b>Horário G</b> 08h30/10h – 10h15/12h30
<b>EGP</b> 13h30/17h30	<b>Horário B</b> 13h30/15h30 – 15h45/17h30	<b>Horário D</b> 13h30/15h30 – 15h45/17h30	<b>Horário F</b> 13h30/15h30 – 15h45/17h30	<b>Horário H</b> 13h30/15h30 – 15h45/17h30

## 10. PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO DE GESTORES PÚBLICOS – EGP

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
8h às 17h30	<b>Abertura e Credenciamento</b>
	<b>Palestra Magna</b>
	<b>Painel <i>Contabilidade e Controle</i></b>
	Debate sobre o tema e dúvidas
	<b>ALMOÇO</b>
	<b>Painel <i>Relações Federativas</i></b>
	Debate sobre o tema e dúvidas
	<b>Painel <i>Boas Práticas e Experiências</i></b>
	Debate sobre o tema e dúvidas
	<b>Painel <i>Responsabilidade Fiscal</i></b>
	Debate sobre o tema e dúvidas
	<b>COMENTÁRIOS FINAIS E ENCERRAMENTO</b>

## 11. MÓDULOS OFERTADOS NA SECOFEM

Cada participante poderá se inscrever em 40h de curso, sendo o primeiro dia (8h) obrigatório a todos. Os demais módulos totalizarão 32h, de acordo com o interesse do participante, buscando vínculos de qualificação técnica e conceitual, compatíveis com a sua área de atuação, conforme Quadro II.

A organização do evento poderá cancelar módulo (s), caso o número de participantes não atinja o mínimo necessário (20 inscritos).

**QUADRO II**

<b>Nº</b>	<b>MÓDULOS</b>	<b>CH</b>
01	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP	4h
02	Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO	8h
03	Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP	12h
04A	Procedimentos Contábeis Específicos – PCE (Consórcios Públicos, Operações de Crédito, Fundeb e Concessões)	4h
04B	Procedimentos Contábeis Específicos – PCE (RPPS)	4h
05A	NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral	4h
05B	NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Elementos das Demonstrações Contábeis	4h
06	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP	4h
07	Lançamentos Contábeis Típicos da Administração Pública	4h
08	Fundamentos de Responsabilidade Fiscal	4h
09	Planejamento	8h
10	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO	8h
11	Relatório de Gestão Fiscal – RGF	8h
12	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS	8h
13	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE	8h
14	Avaliação de Políticas Públicas	8h
15	Estatísticas de Finanças Públicas	8h
16 A	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI	4h
16 B	SICONFI e a Matriz de Saldos Contábeis – MSC	4h
17	Cálculo da Capacidade de Pagamentos – CAPAG dos Entes Subnacionais	4h
18	FPE, FPM, Transferências Voluntárias e Outras Transferências da União: Uma Visão Geral	4h
19	Modelo de Implantação de Custos	8h
20	SADIPEM: módulo de análise de operações de crédito (PVL)	4h
21	SADIPEM: módulo do Cadastro da Dívida Pública (CDP)	4h

## 12. EMENTAS DOS MÓDULOS

<b>Módulo 01 – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP</b>		CH: 4h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Aspectos gerais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;</li><li>2. Registro contábil;</li><li>3. Estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;</li><li>4. Consolidação.</li></ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição – Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP	

  

<b>Módulo 02 – Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO</b>		CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Princípios Orçamentários;</li><li>2. Receita Orçamentária: Modalidades de Ingressos / Enfoques da Receita / Conceito de Receita Orçamentária / Classificações da Receita Orçamentária / Estágios da Receita;</li><li>3. Procedimentos Referentes à receita orçamentária: Deduções da Receita Orçamentária / Imposto de Renda Retido na Fonte / Transferências de Recursos Intergovernamentais / Remuneração de depósitos bancários / Receita Orçamentária por Baixa de Dívida Ativa;</li><li>4. Fonte/Destinação de Recursos;</li><li>5. Despesa Orçamentária: Modalidades de dispêndios / classificações da despesa orçamentária;</li><li>6. Créditos Orçamentários / Etapas da Despesa Orçamentária;</li><li>7. Transferência e delegação;</li><li>8. Restos a pagar;</li><li>9. Suprimento de fundos.</li></ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição - Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários – PCO	

  

<b>Módulo 03 – Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP</b>		CH: 12h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Introdução e Base normativa;</li><li>2. Elementos das Demonstrações Contábeis;</li><li>3. Mensuração de Ativos e Passivos;</li><li>4. Estoques;</li><li>5. Ativo Imobilizado;</li><li>6. Ativo Intangível;</li><li>7. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão;</li><li>8. Receita de Transação sem Contraprestação;</li><li>9. Receita de Transação com Contraprestação;</li><li>10. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;</li><li>11. Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores</li></ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição - Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP	

<b>Módulo 04A – Procedimentos Contábeis Específicos – PCE (Consórcios Públicos, Operações de Crédito, Fundeb e Concessões)</b>		CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Concessões Comuns e Parceiras Público-Privadas (PPP);</li> <li>2. Contabilização de Concessões;</li> <li>3. Introdução a Consórcios;</li> <li>4. Procedimentos Orçamentários e Contábeis de Consórcios Públicos;</li> <li>5. Conceito de Operações de Crédito;</li> <li>6. Operações de crédito mobiliárias;</li> <li>7. Fundeb;</li> <li>8. Operações de crédito contratuais.</li> </ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição – Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos	

<b>Módulo 04B – Procedimentos Contábeis Específicos – PCE (RPPS)</b>		CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução;</li> <li>2. Procedimentos Orçamentários e Contábeis de RPPS.</li> </ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição – Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos	

<b>Módulo 05A – NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Panorama Geral</b>		CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Contextualização e histórico</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Sob a ótica do IPSASB/IFAC</li> <li>b. Sob a ótica da estratégia do processo de convergência no Brasil (CFC/STN)</li> <li>c. Revogação dos Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93) e das NBC T 16.1 a 16.5</li> <li>d. Impacto da norma sob o ponto de vista operacional</li> </ol> </li> <li><b>2. Aspectos introdutórios e gerais</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Função, autoridade e alcance</li> <li>b. Conceito de Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) e o caso brasileiro</li> <li>c. Relacionamento com os Demonstrativos Fiscais e com as Estatísticas de Finanças Públicas</li> <li>d. Continuidade das entidades do setor público e natureza de seus ativos e passivos</li> <li>e. Objetivos e usuários da informação contábil</li> </ol> </li> <li><b>3. As características qualitativas e a evidenciação da informação contábil</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Características qualitativas e suas restrições</li> <li>b. Entidade que reporta a informação contábil</li> <li>c. Apresentação das informações nos RCPG (seleção, localização e organização)</li> </ol> </li> <li><b>4. Reconhecimento e mensuração dos elementos das Demonstrações Contábeis</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Elementos e sua conceituação (ativo, passivo, receita, despesa, contribuições e distribuições proprietárias e outros recursos e obrigações)</li> <li>b. Reconhecimento e desreconhecimento</li> </ol> </li> </ol>		

5. Mensuração dos elementos (conceitos, objetivos, bases em valores de entrada e saída, incerteza quanto à mensuração)	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição e NBC TSP – Estrutura Conceitual

<b>Módulo 05B – NBC TSP – Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Elementos das Demonstrações Contábeis</b>	CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <p><b>1. Conceitos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Definição de elemento</li> <li>b. Ativo</li> <li>c. Passivo</li> <li>d. Situação Patrimonial Líquida</li> <li>e. Receita e Despesa</li> <li>f. Superávit ou Déficit</li> <li>g. Contribuições dos Proprietários e Distribuições dos Proprietários</li> <li>h. Outros Recursos e Outras Obrigações</li> </ul> <p><b>2. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Critérios de reconhecimento</li> <li>b. Incerteza quanto à mensuração</li> <li>c. Evidenciação e reconhecimento</li> <li>d. Desreconhecimento</li> </ul>	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição e NBC TSP – Estrutura Conceitual

<b>Módulo 06 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP</b>	CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução;</li> <li>2. Balanço Orçamentário;</li> <li>3. Balanço Financeiro;</li> <li>4. Demonstração das Variações Patrimoniais;</li> <li>5. Balanço Patrimonial;</li> <li>6. Demonstração dos Fluxos de Caixa;</li> <li>7. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;</li> <li>8. Notas Explicativas;</li> <li>9. Consolidação das Demonstrações Contábeis.</li> </ul>	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

<b>Módulo 07 – Lançamentos Contábeis Típicos da Administração Pública</b>	CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1. Registros Contábeis (lançamentos, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, receita de tributos, entre outros);</li> <li>2. Elaboração dos Balancetes.</li> </ul>	

3. Elaboração das Demonstrações Contábeis.	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição – Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP

<b>Módulo 08 – Fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal</b>	CH: 4h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Origens nacionais e internacionais;</li><li>2. Objetivos: equilíbrio e transparência fiscal;</li><li>3. Variáveis-chaves;</li><li>4. Princípios;</li><li>5. Abrangência de aplicação: conceito de empresa estatal dependente;</li><li>6. Planejamento e Gestão Responsável;</li><li>7. Regras para a Receita e a Despesa;</li><li>8. Limites;</li><li>9. Transparência e Controle;</li><li>10. Restrições institucionais e Sanções pessoais.</li></ol>	
<b>Material de Estudo</b>	Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

<b>Módulo 09 – Planejamento</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Pano Plurianual (PPA);</li><li>2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais;</li><li>3. Lei Orçamentária Anual (LOA): Metodologias de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), relacionando-a com os demais instrumentos de planejamento;</li><li>4. Plano Diretor para Municípios.</li></ol>	
<b>Material de Estudo</b>	Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000; Manual de Demonstrativos Fiscais – Partes I e II.

<b>Módulo 10 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Balanço Orçamentário;</li><li>2. Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção;</li><li>3. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – RCL;</li><li>4. Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RGPS e do RPPS;</li><li>5. Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;</li><li>6. Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;</li><li>7. Demonstrativo da Projeção Atuarial do RGPS e do RPPS;</li><li>8. Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;</li><li>9. Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;</li><li>10. Demonstrativo do Resultado Primário;</li><li>11. Demonstrativo do Resultado Nominal.</li></ol>	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Demonstrativos Fiscais – Parte III



<b>Módulo 11 – Relatório de Gestão Fiscal – RGF</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Demonstrativo da Despesa de Pessoal;</li><li>2. Demonstrativo da Despesa com Pessoal (continuação);</li><li>3. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;</li><li>4. Demonstrativo da Dívida Consolidada;</li><li>5. Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;</li><li>6. Demonstrativo das Operações de Crédito.</li></ol>	
<b>Material de Estudo</b>	Manual de Demonstrativos Fiscais – Parte IV

<b>Módulo 12 – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. O Sistema SIOPS;</li><li>2. Conceitos Aplicados as Despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde – ASPS;</li><li>3. Orientações sobre o Preenchimento do Sistema;</li><li>4. Penalidades Impostas pela L.C. nº 141/2012;</li><li>5. Módulo de Monitoramento das Transferências Constitucionais – MMTTC;</li><li>6. Módulo de Controle Externo – MCE. 7. Relatórios do SIOPS (RREO, Indicadores, etc.).</li></ol>	

<b>Módulo 13 – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. O Sistema SIOPE;</li><li>2. Conceitos Aplicados as Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE; Metodologia de Cálculo para a Obtenção do Demonstrativo com MDE – ANEXO X e Relatórios do Sistema SIOPE.</li></ol>	

<b>Módulo 14 – Avaliação de Políticas Públicas</b>	CH: 8h
--	--------

<b>Módulo 15 – Estatísticas de Finanças Públicas</b>	CH: 8h
Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"><li>1. Indicadores de fluxo e de estoque. Principais indicadores de fluxo: resultado primário; resultado nominal; juros nominais. Receitas primárias e receitas financeiras. Despesas primárias e despesas financeiras. Principais indicadores de estoque: dívida líquida; dívida bruta; dívida externa; dívida interna;</li><li>2. Critérios de apuração do resultado fiscal: acima e abaixo da linha. O conceito de necessidades de financiamento. Comparação entre os critérios de apuração do resultado fiscal. Ajuste metodológico e discrepância estatística. Principais indicadores acima da linha e abaixo da linha; instituições compiladoras e cronograma de divulgação;</li><li>3. Abrangência do setor público e dos indicadores fiscais. Meta fiscal do setor público brasileiro. Análise evolutiva recente dos principais indicadores de estatísticas de finanças públicas;</li><li>4. Manual de Estatísticas de Finanças Públicas: comparação da metodologia de 1986 e de 2001-2014. Estatísticas de Finanças Públicas Patrimoniais, alinhada com a</li></ol>	

<p>Contabilidade Patrimonial. Abrangência do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014). Arcabouço analítico do MEFP 2014. Principais demonstrativos e indicadores do MEFP 2014. O MEFP 2014 e a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards). Adoção do MEFP 2014 no Brasil;</p> <p>5. Estatísticas trimestrais de finanças públicas de estados e municípios. Fontes de dados. Principais desafios: harmonização contábil, proxy de caixa, fontes de informação e dados faltantes. Procedimentos estatísticos: imputação, desagregação temporal e projeção contemporânea;</p> <p>6. Comparação analítica dos indicadores de finanças públicas dos governos regionais.</p>	
<b>Material de Estudo</b>	<p>Manual de Estatísticas Fiscais Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014 do FMI (GFSM 2014)</p> <p>Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª Edição</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 7ª Edição</p>

<b>Módulo 16 – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI</b>	<b>CH:</b> 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação do site e das principais funcionalidades do sistema;             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Navegação pelo site e principais fontes de informação;</li> <li>1.2. Consultas;</li> <li>1.3. Cadastro e validação de usuários;</li> </ol> </li> <li>2. Declarações enviadas para o Siconfi – DCA, RREO e RGF;             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Características das declarações: obrigatoriedade, periodicidade e especificidades em relação aos entes federados;</li> <li>2.2. Geração de declarações;</li> <li>2.3. Preenchimento das declarações, com foco nas principais dificuldades encontradas pelos usuários. 2.4. Interpretação de mensagens de erro. 2.5. Carregamento e envio das declarações ao Siconfi;</li> </ol> </li> <li>3. CAUC no Siconfi.</li> </ol>	

<b>Módulo 17 – Cálculo da Capacidade de Pagamentos – CAPAG dos Entes Subnacionais</b>	<b>CH:</b> 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Histórico do endividamento de Estados e Municípios;</li> <li>2. Ajuda financeira da União;</li> <li>3. A Lei n.º 9.496/97 e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal;</li> <li>4. A Medida Provisória nº 2.185-35 e o refinanciamento dos Municípios;</li> <li>5. Saneamento do Sistema Financeiro Estadual;</li> <li>6. Benefícios auferidos pelos Estados e Municípios;</li> <li>7. O papel do PAF frente aos limites e condições da LRF.</li> </ol>	
<b>Material de Estudo</b>	Lei n.º 9.496/97 e Medida Provisória nº 2.185-35

<b>Módulo 18 – FPE, FPM, Transferências Voluntárias e Outras Transferências da União: Uma Visão Geral</b>		CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceitos básicos sobre transferências fiscais;</li> <li>2. Objetivos das transferências fiscais da União;</li> <li>3. Classificação das transferências fiscais da União;</li> <li>4. Descrição das transferências fiscais da União (FPM, FPE, IPI-Exportação, etc.);</li> <li>5. CAUC: emprego e principais funcionalidades;</li> <li>6. Fiscalização do uso de recursos das transferências fiscais da União;</li> <li>7. Transferências fiscais da União no exercício de 2016.</li> </ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Cartilha sobre Transferências Fiscais da União; Relatório de Atividades do Subgrupo de Trabalho Classificação das Transferências da União; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Instrução Normativa STN nº 01/2017; Apresentação do Módulo 18.	

<b>Módulo 19 – Modelo de Implantação de Custos</b>		CH: 8h
<p>Conteúdo:</p> <p>Dotar os gestores de informações voltadas ao processo de implantação de custos no setor público destacando a experiência adotada na União, a necessidade de levantamento da informação bem como o processo de construção que envolve a Terminologia e construção da cultura de custos no âmbito da Administração Pública.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Necessidade do Uso da Informação de Custos;</li> <li>2. Terminologia;</li> <li>3. Modelo Legal;</li> <li>4. Modelo Conceitual;</li> <li>5. Modelo Sistemático;</li> <li>6. Objetos de Custos</li> <li>7. Dados Contábeis;</li> <li>8. Modelos de Relatórios;</li> <li>9. Questões e Reflexões.</li> </ol>		

<b>Módulo 20 – SADIPEM: Contratação e regularização de operações de crédito</b>		CH: 4h
<p>Conteúdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL);</li> <li>2. Atribuições dos agentes e fluxos dos processos na STN;</li> <li>3. Limites e Condições previstos na RSF nº 43/2001;</li> <li>4. Referências legais: Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Resoluções do Senado Federal;</li> <li>5. Apresentação do módulo PVL do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM);</li> <li>6. Apresentação da versão web do Manual para Instrução de Pleitos (MIP) e suas principais funcionalidades.</li> <li>7. Regularização de operações de crédito</li> </ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual para Instrução de Pleitos (MIP)	

<b>Módulo 21 – SADIPEM: módulo do Cadastro da Dívida Pública (CDP)</b>		CH: 4h
Conteúdo:		
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Fundamentação legal do Cadastro da Dívida Pública (CDP);</li><li>2. Conceito de dívida consolidada;</li><li>3. Apresentação do módulo CDP do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM);</li><li>4. Informações e canais de atendimento;</li><li>5. Apresentação do Manual SADIPEM e suas principais funcionalidades;</li><li>6. Guia prático do CDP 2016.</li></ol>		
<b>Material de Estudo</b>	Manual SADIPEM	

### 13. CERTIFICADOS

Serão emitidos online, após o término do evento, conforme abaixo:

- Para os gestores públicos que participarem exclusivamente do EGP será emitido certificado com carga horária de 8 horas;
- Para os participantes que tiverem 80% de frequência mínima em todo o evento será emitido certificado com carga horária de 40 horas (EGP + Módulos).

OBS.: O registro da presença será realizado somente na primeira meia hora da aula de cada período.